

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO: O PROJETO TRILHAS DE FUTURO NA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO SILVA, ESPÍRITO SANTO DO DOURADO/MG

Noemi Marcia Alvarenga Mateus^{id1} e Sueli Machado Pereira de Oliveira^{id2}

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o projeto Trilhas de Futuro, criado em 2021 pelo governo de Minas Gerais, fruto de Parceria Público-Privado (PPP), no contexto de sua implementação na Escola Estadual Dom Francisco Silva, localizada na cidade de Espírito Santo do Dourado/MG. A pesquisa classifica-se como de caráter qualitativa, exploratória e descritiva. Para as inferências qualitativas, foi desenvolvido um questionário, de forma presencial, tendo como público-alvo os discentes da escola, do 2º e 3º anos do ensino médio, que se inscreveram em cursos técnicos do projeto Trilhas de Futuro na cidade de Pouso Alegre/MG, nos anos de 2021 e 2022. Buscou-se apresentar a visão dos alunos, os limites, as contradições e os possíveis efeitos dessa política. Considera-se o projeto Trilhas de Futuro, além de retirar o investimento da rede pública, não correspondeu a um aumento significativo na formação técnica de nível médio na escola analisada. Os desafios referentes a permanência dos jovens na escola ainda persistem e são de ordem social e econômica.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; Mundo do trabalho; Formação humana.

PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIP: THE TRAILS OF FUTURE PROJECT AT ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO SILVA, ESPÍRITO SANTO DO DOURADO/MG

Abstract

This article aims to analyze the Trilhas de Futuro project, created in 2021 by the government of Minas Gerais, as a result of a Public-Private Partnership (PPP), in the context of its implementation at the Dom Francisco Silva State School, located in the city of Espírito Santo do Dourado/MG. The research is classified as qualitative, exploratory and descriptive. For qualitative inferences, a questionnaire was developed, in person, with the target audience being school students, in the 2nd and 3rd years of high school, who enrolled in technical courses of the Trilhas de Futuro project in the city of Pouso Alegre/MG, in the years 2021 and 2022. We sought to present the students' vision, the limits,

¹ Mestre pelo Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Ifsuldeminas - Campus Poços de Caldas). Professora do Ensino Médio na Escola na Escola Estadual Presidente Bernardes-Pouso Alegre-MG.

² Doutora em Educação pela UFMG. Docente do Ifsuldeminas - Campus Muzambinho e do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Ifsuldeminas - Campus Poços de Caldas.



contradictions and possible effects of this policy. Considering the Trilhas de Futuro project, in addition to removing investment from the public network, it did not correspond to a significant increase in secondary level technical training in the school analyzed. The challenges relating to young people remaining in school still persist and are of a social and economic nature.

Keywords: Professional and technological education; World of work; Human formation.

1. Introdução

Este artigo é resultado parcial da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) campus Poços de Caldas, intitulada "O Novo Ensino Médio e o projeto Trilhas de Futuro na Escola Estadual Dom Francisco Silva, Espírito Santo do Dourado/MG", tendo sido submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFSULDEMINAS e aprovada pelo Parecer nº 5.279.113, 08 de março de 2022, sob o nº CAAE 53824021.90000.8158.

Dados do Censo Escolar de 2022 mostram que a taxa de abandono do ensino médio no Brasil alcançou 5,7% em 2022 e, em Minas Gerais 6,8%, alcançando 7,8% na rede estadual. Na rede federal mineira esse dado é de 0,7%, na rede privada é de 1,6% e na rede municipal é de 2,6% (Inep, 2022). Esses percentuais representam milhares de jovens em idade escolar que saem da escola sem concluir seus estudos e, na maioria das vezes, por fatores associados a questões socioeconômicas (Soares; Fernandes; Nóbrega; Nicolella, 2015).

Os Institutos Federais ofertam educação tecnológica integrada ao ensino médio e tem sido um diferencial na educação brasileira, pois além da pequena taxa de evasão em Minas (0,7%) (Inep, 2022), os alunos passam um tempo maior na escola e muitos escolhem o ensino médio integrado pela qualidade do ensino que conta com iniciação científica e tecnológica, além de prepará-los para o ensino superior. Embora diga-se que é o aluno que faz essa escolha, na verdade, ela ocorre por meio de processo seletivo, em que alguns concorrentes garantem sua vaga. Pode-se afirmar que é excludente esse processo, pois atendem a uma minoria privilegiada. Contudo, a maioria dos alunos do ensino médio é atendida na rede estadual de ensino, que oferta a educação em tempo integral sem que ocorra um processo seletivo, promovendo, de fato, a universalização do ensino médio. Entretanto, com investimentos insuficientes de recursos, deixam o caminho ainda mais longo para a oferta de uma educação de qualidade, humanista e integral para a maioria dos jovens brasileiros.

Outra questão polêmica no âmbito educacional são as políticas educacionais no modo Parceria Público-Privado (PPP). São definidas como "[...] o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa" de parceria entre o poder público e a iniciativa privada para a

realização ou gerenciamento de obras e serviços de interesse geral (Brasil, 2004).

A PPP tem sido utilizada em Minas Gerais no Governo Romeu Zema (2019-2026), do Partido NOVO, que criou o projeto Trilhas de Futuro, tendo sido lançado em junho de 2021. O objetivo deste projeto é o de ofertar gratuitamente aos jovens mineiros cursos técnicos e de qualificação profissional com perspectiva de empregabilidade, aproveitando-se da infraestrutura já existente e da expertise de instituições públicas e privadas que se credenciaram em editais próprios. Os argumentos para tal são: o de considerar as demandas das empresas por mão de obra qualificada; a intenção de que os estudantes saiam do ensino médio com uma formação técnica ou iniciando uma qualificação profissional; atender aos objetivos do ensino médio no que tange a qualificação para o trabalho; e articular a educação profissional com esse nível de ensino (Bate Papo, 2021).

A educação em tempo integral é uma das metas que está no Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), que estabelece que, até 2026, 50% das escolas de Ensino Médio da rede pública sejam em tempo integral, e que 25% dos alunos estejam matriculados nessa modalidade. Entretanto, o Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do PNE aponta que o percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral, no ano de 2021, era de 15,1% indicando que mais uma meta do PNE não será alcançada (Brasil, 2022).

Em novembro de 2022, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) anunciava uma expansão de cerca de 100 mil vagas no Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), nas escolas da rede estadual mineira. Até 2022, ele era oferecido em 591 escolas da rede com cerca de 61 mil alunos matriculados, passando, a partir de 2023 a ser oferecido em 720 escolas estaduais, aumentando a oferta em 21,82% e abrangendo 407 municípios mineiros, dos quais 68 terão, pela primeira vez, pelo menos uma unidade que irá oferecer a modalidade. Dentre as 129 novas escolas que atenderão em tempo integral, 40 delas irão ter exclusivamente o EMTI Profissional (Agência Minas, 2022).

O anúncio de investimento do Estado na expansão do EMTI Profissional, em 2023, na ordem de cerca de R\$137 milhões para aquisição de laboratórios profissionais, de práticas experimentais, material de consumo, material permanente e formação de profissionais para esse tipo de educação (Agência Minas, 2022), denota que as escolas estaduais mineiras são insuficientes no que se refere a estrutura física e tecnologia e, muitas vezes, até mesmo em relação ao espaço físico (Brasil, 2020).

Objetiva-se aqui compreender e apresentar o projeto Trilhas de Futuro a partir da visão dos alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Médio regular, dos anos de 2021 e 2022, da Escola Estadual Dom Francisco Silva, localizada na cidade de Espírito Santo do Dourado/MG que se matricularam em cursos técnicos na cidade de Pouso Alegre/MG.

2. A Educação Profissional e Tecnológica e as Parcerias Público-Privado

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica envolve uma educação emancipadora e uma formação humana que abarca o desenvolvimento na integralidade do ser humano, considerando as condições tangíveis e subjetivas que contribuem para o seu pleno desenvolvimento histórico. Frigotto (2012, p. 267) considera que estão incluídos nessa educação denominada por Marx de *omnilateral* “[...] o seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos”.

O mundo do trabalho contemporâneo, no contexto de tendência neoliberal, exige não somente competências técnicas, mas também habilidades sociais, capacidade de adaptação e de resolução de problemas complexos. Assim, uma educação que se propõe *omnilateral* deve trabalhar no sentido de desenvolver também a dimensão humanista, de forma a assegurar que a formação não esteja centrada apenas no desenvolvimento técnico, mas também na promoção de valores éticos, cidadania ativa e pensamento crítico.

Frigotto (1985, p. 3-4) aponta que seja a educação escolar ou não-escolar ela não deve ser pensada de forma:

[...] separada do mundo do trabalho, das relações sociais de produção, e dar-lhe como função precípua a formação do cidadão para a democracia (abstrata é, uma vez mais, cair na armadilha que reserva uma escola de elite para a classe dirigente e uma "multiplicidade de escolas", que vão desde a escola formal desqualificada, "escolas" profissionalizantes (privadas ou público-privadas), até a "escola" das próprias relações capitalistas de trabalho no interior do processo produtivo, para a classe trabalhadora.

As políticas públicas educacionais que financiam as parcerias público-privadas surgem no contexto de tendências neoliberais que pregam a redução do Estado e a transformação da educação em mercadoria. Oliveira (2022, p. 12) destaca que “[...] o capital privado, ao se apresentar como a solução para a crise desenhada, assume a responsabilidade em oferecer alternativas para o problema tendo em vista a possibilidade de acessar o fundo público”. Assim, ainda que atendendo demandas da classe trabalhadora, os recursos públicos deveriam ser destinados à melhoria da educação pública em vez de financiar instituições privadas e, conseqüentemente, a manutenção do sistema capitalista.

Laval e Dardot (2017) apontam que o governo neoliberal “[...] só se sustenta e se reforça porque governa mediante a crise. Com efeito, desde os anos 1970, o neoliberalismo se nutre das crises econômicas e sociais que gera”, assim, deveria questionar a lógica da crise e não reforçá-la indefinidamente: “Se os serviços públicos já não cumprem sua missão, é preciso esvaziar esta última de qualquer conteúdo e privar os serviços dos meios que precisam”.

Em Magalhães, Magalhães e Moura (2017, p. 3), encontra-se que a superação do modo capitalista:

[...] perpassa a superação da centralidade econômica, imposta pelo modo de produção capitalista, que trouxe como diretriz a redução do Estado em todos os setores sociais, inclusive na educação, ampliando as desigualdades e se alimentando destas, através da divisão entre trabalho e formação manual e intelectual.

Adrião (2018) considera que a oferta educacional privatizada ocorre de três formas que têm conexão entre si: financiamento público, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e introdução de políticas ou programas de escolha parental. A autora argumenta que:

O financiamento público à educação privada, por sua vez, viabiliza-se, de acordo com o inventariado, por meio de três mecanismos: introdução de sistemas de bolsas de estudos; implantação de convênios ou contratos entre esferas governamentais e setor privado e presença de mecanismos de incentivos fiscais para a escola privada, como dedução de impostos ou renúncia fiscal. (Adrião, 2018, p. 11).

Para Magalhães, Magalhães e Moura, (2017, p. 1), "As políticas públicas educacionais apresentam contradições que favorecem o conflito de interesses no contexto escolar, gerando espaços de embate político e ideológico que são as arenas.", entendendo as arenas como espaços de conflito que se dão a partir de aspectos externos relacionados a tipos distintos de políticas de Estado e de Governo e mesmo , a partir de aspectos internos à escola, tais como as relações que vão se configurando neste contexto.

Oliveira (2022, p.3) considera que "[...] é urgente perceber que em períodos de crise o capital se adapta e avança sobre serviços públicos, precarizando trabalho e mercantilizando direitos", bem como é necessário avaliar os "[...] efeitos que o empresariamento da educação traz para todos os atores envolvidos". Com base no exposto no referencial teórico, em seguida apresenta-se a metodologia da pesquisa empírica realizada com discentes do ensino médio e os resultados obtidos.

3. Metodologia

A pesquisa, de abordagem qualitativa, classifica-se quanto aos seus objetivos como exploratória e descritiva. Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 24), o conceito de pesquisa é o de "[...] buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência, a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta".

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são relevantes no processo de pesquisa qualitativa, pois esta explora o ambiente e a relação dos participantes com ele, sendo o ambiente natural "[...] a fonte

direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave” (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010, p. 26).

De acordo com Severino (2016, p. 132), sendo a pesquisa descritiva, “[...] além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos”, e para Lakatos e Marconi (2017, p. 96), neste tipo de pesquisa acontece a “[...] exploração, descrição e entendimento do problema”.

Em relação às etapas metodológicas, primeiramente buscou-se construir uma base teórica fundamentada em autores que discutem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e as PPP. Em seguida, procedeu-se à pesquisa documental que abrangeu o projeto Trilhas de Futuro. Os documentos estavam disponíveis para consulta on-line ou na própria escola pesquisada.

O município de Espírito Santo do Dourado/MG, considerado agrícola por sua grande extensão rural, vem vivenciando uma transformação na agricultura através do cultivo do morango, o qual substituiu as lavouras de batata. Observa-se um novo cenário de transformação social, cultural, agrícola, econômico e de desenvolvimento humano desde que passou a receber migrantes vindos de outros estados, principalmente do Maranhão e Tocantins. Essas transformações são perceptíveis no cenário educacional do município, pois existem aproximadamente dois mil migrantes que vieram para trabalhar nas lavouras de morango, aumentando a demanda por escolarização (Escola Estadual Dom Francisco Silva, 2022).

A partir de 2016, a Escola Estadual Dom Francisco Silva – localizada na cidade de Espírito Santo do Dourado/MG –, *lócus* desta pesquisa, passa a ser classificada Escola do Campo, de acordo com a Resolução SEE nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015, que institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais (Minas Gerais, 2015).

Dados do Censo Escolar Analítico (QEdu Analítico) de 2020 mostram que a escola contava com 521 alunos e 340, ou seja, a maioria (65,3%) deles utilizava o transporte escolar público (Brasil, 2020).

Participaram da pesquisa os alunos com 18 anos ou mais, dos 2º e 3º anos do Ensino Médio regular, dos anos de 2021 e 2022, que se matricularam em cursos técnicos do projeto Trilhas de Futuro na cidade de Pouso Alegre/MG. Eles foram convidados, receberam explicações sobre objetivos, procedimentos, riscos, benefícios etc. e tiveram suas dúvidas esclarecidas e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O questionário foi respondido na própria escola, no início de dezembro de 2022.

Acredita-se, conforme Silva, Ferreira e Santos (2021, p. 37), que os indivíduos que estão envolvidos no processo podem “[...] contribuir indiretamente e diretamente a partir de seus contextos, realidades, condição social, escolaridade, momento histórico etc.” para a compreensão do objeto.

Nas análises, buscou-se utilizar o método materialista histórico a fim de se compreender as contradições históricas entre a EPT, o Trilhas de Futuro e a realidade vivida pelos participantes dessas políticas na escola pesquisada.

4. O Projeto Trilhas de Futuro

O projeto Trilhas de Futuro, de iniciativa do governo estadual de Minas Gerais, por meio da Secretaria Estadual de Educação (SEE/MG), foi oficialmente criado pela Resolução SEE Nº 4.583, de 21 de junho de 2021 (Minas Gerais, 2021a).

Em entrevista coletiva em 1º julho de 2021, sobre o lançamento do projeto Trilhas de Futuro, na qual participaram o Governador de Minas Gerais, Romeu Zema e a Secretária de Estado de Educação, Julia Sant'Anna, foi enfatizado que o projeto visa expandir de forma gratuita a educação profissionalizante em Minas Gerais, ofertando 40 mil vagas em diferentes cursos. Segundo afirmaram, foi realizada uma escuta dos anseios dos jovens mineiros, sendo que mais de 60% deles indicaram o desejo de realizar um curso técnico profissionalizante e que o investimento foi da ordem de R\$ 534,7 milhões, sendo ofertadas 40 mil vagas em 425 municípios mineiros. Ressaltaram um total de 78 opções como possibilidades de cursos técnicos e, ainda, que o projeto Trilhas de Futuro será realizado pela iniciativa privada ou pelos institutos federais (Lançamento, 2021).

O projeto oferta cursos técnicos ou de qualificação profissional aos alunos da rede pública e privada de educação, que estejam no ensino médio (2º e 3º anos), na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio e, também, aos jovens que já concluíram essa etapa de ensino. O curso escolhido deve constar no Catálogo de Cursos do projeto Trilhas de Futuro e a prioridade nas vagas é dos alunos de escolas públicas estaduais, embora alunos da rede municipal, federal e particular também sejam contemplados (Minas Gerais, 2021b).

O credenciamento, destinado às instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, ocorreu duas vezes através de editais da SEE/MG (2021c, 2022c). Dessa forma, os cursos técnicos são ofertados com o repasse de verbas públicas para financiar, em sua grande maioria, as escolas privadas que ofertam cursos técnicos e de qualificação profissional.

No 1º processo seletivo para estudantes (Minas Gerais, 2021c) as aulas iniciaram-se em outubro de 2021. Em abril de 2022, por meio da Resolução SEE nº 4.719, de 18 de março, foi lançada a 2ª edição do projeto Trilhas de Futuro, com a abertura de 40 mil vagas para formações profissionais gratuitas, com mais de 70 opções de cursos, em 110 municípios mineiros (Minas Gerais, 2022a). O processo de seleção dos estudantes para a 3ª edição está regulamentado na Resolução SEE nº 4.794, de 22 de novembro de 2022 e para a 4ª edição Resolução SEE nº 4.915, de 28 de setembro de 2023 (Minas Gerais, 2022b; 2023).

Ressalta-se que nas duas primeiras versões do projeto Trilhas de Futuro, garantiu-se ajuda de custo de R\$18,00 (dezoito reais), por dia, como vale transporte e alimentação, para todos os alunos matriculados e frequentes, subindo para R\$20,00 (vinte reais) na 3ª e 4ª edições (Minas Gerais, 2022b; 2023).

Todo o desenvolvimento, editais, manual do candidato e cadernos de perguntas e respostas, estão presentes na página do projeto Trilhas de Futuro <https://www.trilhasdefuturo.mg.gov.br/>, a qual conta com três abas, sendo a primeira, a aba 'Instituições', que traz as normativas no que diz respeito aos editais de credenciamento e resoluções de processo seletivo e monitoramento e um link para acesso ao Sistema de Gestão do Trilhas, a segunda, 'Estudantes' traz informações as resoluções sobre processos seletivos e o Manual do Aluno. Na terceira aba 'Dados', constam os cursos e municípios prioritários e quadro de ofertas. Para o aluno realizar um dos cursos técnicos ofertados, ele deve manifestar seu interesse por meio de inscrição no referido site (Minas Gerais, s/d).

Em pesquisa no Quadro de Ofertas da aba 'Dados', realizada no dia 16/10/23, no qual constam os dados dos cursos em andamento e concluídos do projeto, encontrou-se 278 instituições credenciadas, incluindo-se SENAI MG e SENAC MG de diversos municípios mineiros. De instituições federais foram encontrados o CEFET de Minas Gerais, o IFMG Arcos e a UFV. São 174.357 vagas credenciadas, distribuídas em 82 cursos profissionalizantes. Apesar de contabilizar 853.249 inscrições, encontram-se ativas 117.990 matrículas, correspondendo a 67,67% das vagas credenciadas (Trilhas de Futuro, 2023).

Observa-se no site da SEE/MG, alguns depoimentos de alunos que enaltecem o projeto Trilhas de Futuro, com o argumento de ser um projeto capaz de ofertar de forma gratuita cursos técnicos profissionalizantes no qual terão mais oportunidades em relação ao mercado de trabalho e, que poderá refletir na melhoria da sua condição socioeconômica, sendo a primeira vez que têm a oportunidade de se capacitar para enfrentar o mundo do trabalho, e que não teriam condições financeiras se não fosse esse projeto (Minas Gerais, 2021b). Entretanto, como será demonstrado, essa previsão não se realizou para a pequena comunidade de Espírito Santo do Dourado.

5. O Projeto Trilhas de Futuro em Pouso Alegre e na Escola Estadual Dom Francisco Silva, de Espírito Santo do Dourado/MG

Em nova pesquisa no Quadro de Ofertas, na data de 16/10/23, encontrou-se, no âmbito da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Pouso Alegre, 7 instituições credenciadas, sendo 4 delas na cidade de Pouso Alegre: Colégio João Paulo II, SENAI CFP Orlando Chiarini, SENAC Pouso Alegre e a Escola de Negócios e Desenvolvimento de Excelência (ENDEX).

As 4 instituições somam juntas, desde a 1ª edição do projeto, 19 cursos profissionalizantes ofertados e 2.091 vagas credenciadas. Apenas as escolas do Sistema S apresentam alunos formados, sendo 253 pelo SENAC e 102 pelo SENAI. Apesar do município contabilizar 8.135 inscrições, encontram-se ativas 942 matrículas, correspondendo a menos da metade (45,05%) das vagas credenciadas e bem menos que a média no estado, que é de 67,67% (Trilhas de Futuro, 2023).

Quando da 1ª edição do projeto Trilhas de Futuro, em julho de 2021, a direção da Escola Estadual Dom Francisco Silva repassou as informações sobre ele e sobre as inscrições para as turmas do 2º e 3º anos no ensino médio. Nesta época foram realizadas sete inscrições, sendo 4 (quatro) de alunos do noturno, 2 (duas) de alunos do matutino e 1 (uma) de aluno do vespertino. No ano de 2022 foram apenas 3 (três) inscritos e somente do matutino (quadro 1).

As inscrições foram feitas para a escola ENDEX – Escola de Negócios e Desenvolvimento de Excelência e para o SENAI, ambas na cidade de Pouso Alegre. Assim, de 274 alunos matriculados nos anos de 2021 e 2022, nos 2º e 3º anos do ensino médio regular e EJA, apenas 10 (dez) se inscreveram no projeto, correspondendo a apenas 3,65% do total. No início de 2023, novo Edital foi aberto (3ª edição), mas nenhum aluno da escola realizou inscrição (Mateus, 2023).

Quadro 1 – Número alunos matriculados, inscritos e respondentes dos 2º e 3º anos do Ensino Médio regular e EJA da Escola Estadual Dom Francisco Silva, na cidade de Espírito Santo do Dourado/MG, no ano de 2022.

Ano	Ano/ modalidade	Matriculados			Inscritos			Responderam		
		M	V	N	M	V	N	M	V	N
2021	2º ano do EM regular	24	-	52	1	-	1	-	-	-
	3º ano do EM regular	25	-	27	2	-	3	-	-	3
2022	2º ano do EM regular	31	-	32	3	-	-	3	-	-
	3º ano do EM regular	25	-	49	-	-	-	-	-	-
	3º Módulo EM-EJA	-	-	9	-	-	-	-	-	-
Total		105	-	169	6		4	3	-	3

Fonte: Adaptado de Mateus (2023).

Para os alunos matriculados no ano 2021 as aulas começaram em outubro de 2021 e para os alunos matriculados em 2022 as aulas começaram em agosto de 2022.

As matrículas foram efetivadas conforme quadro 2, e 5 (cinco) alunos têm sua conclusão prevista para 2023 e 2024, sendo quatro alunos do curso de técnico em Enfermagem e um do curso de técnico em Mecânica, ambos os cursos da escola ENDEX. Assim, verifica-se uma evasão dos cursos de 50%.

Quadro 2 – Matrícula, desistência e conclusão dos cursos técnicos do Projeto Trilhas de Futuro oferecidos na cidade de Pouso Alegre/MG (2021-2022).

Trilhas de Futuro	Cursos técnicos / Escola		
	Mecânica SENAI-Pouso Alegre	Enfermagem Escola ENDEX	Total
Matriculados	1	9	10
Desistentes	1	4	5
Conclusão em 2023	-	2	2
Conclusão em 2024	-	2	3

Fonte: Adaptado de Mateus (2023).

Todos os 10 (dez) alunos que efetivaram suas matrículas foram convidados para a pesquisa e 6 (seis) responderam ao questionário, instrumento utilizado para a realização da pesquisa empírica.

6. Trilhas de Futuro na Escola Estadual Dom Francisco Silva, Espírito Santo do Dourado/MG: desafios e possibilidades

Em relação à compreensão do termo 'parceria público-privado', 36,3% dos alunos respondentes entendem ser a escola pública e privada fazendo parcerias e outros 36,3% como o governo realizando parcerias com investimentos públicos na iniciativa privada para atender a população. 27,4% afirmaram não saber o que isso significa e nenhum dos respondentes compreende que significa transferência de recursos públicos para a iniciativa privada ou que as parcerias público-privado são necessárias porque a escola privada é melhor que a pública. Verifica-se uma compreensão limitada do termo, entretanto não sinalizaram que consideram diferença de qualidade entre os tipos de escola.

Buscou-se verificar como ficaram sabendo sobre o projeto Trilhas de Futuro e, em ordem decrescente, as opções mais assinaladas por eles foram: 63,7% dos alunos ficaram sabendo em sala de aula, 4,5% souberam pela televisão, rádio ou jornal e 31,8% não tinham informação sobre o projeto. Verifica-se que o projeto não foi muito divulgado entre os alunos ou não tiveram interesse porque teriam que se deslocar para uma cidade maior com a desvantagem de que é, sem dúvida, no caso da escola analisada, uma jornada exaustiva principalmente para os alunos que residem na zona rural e trabalham na agricultura durante o dia e estudam no noturno. Assim, para os alunos que conciliam estudo e trabalho, só seria viável a participação do projeto após concluírem o ensino médio.

Indagou-se se foram motivados por alguém para se inscreverem no projeto Trilhas de Futuro e 50% responderam afirmativamente e os outros 50% que não. Como vimos anteriormente a adesão ao projeto foi muito baixa e pode-se inferir que estarem motivados intrinsecamente seria de mais valor.

Sobre quais razões tiveram para ter escolhido cursar um curso técnico, as respostas foram relacionadas ao fato de ele dar mais oportunidade de

trabalho (83,4%) e para aquisição de mais aprendizado (16,6%), ressaltando-se a forte ligação com o potencial de empregabilidade que um curso técnico oferece.

Sobre se consideram que os cursos do Catálogo de Cursos ofertados na rede privada do município de Pouso Alegre atenderam ao que gostariam de cursar, todos responderam que sim. Os cursos ofertados pelo SENAC Pouso Alegre situam-se, em sua grande maioria, no eixo de Controle e Processos Industriais; pelo SENAI CFP Orlando Chiarini, nos eixos de Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, e Informação e Comunicação; os cursos oferecidos pela ENDEX e pelo Colégio João Paulo II estão no eixo Ambiente e Saúde. Entretanto, compreende-se que alguns cursos oferecidos nos eixos Produção Alimentícia e Recursos Naturais poderiam melhor atender suas demandas de trabalho locais na área da agricultura. Sobressai-se entre os participantes a escolha por curso na área da Saúde – técnico em Enfermagem – denotando a existência de demanda local.

Sobre o que sabiam sobre o projeto Trilhas de Futuro, apresentou-se cinco opções sendo assinalado por todos as opções sobre vale transporte e alimentação e a de que discentes de escolas públicas e particulares podem se matricular no projeto. A maioria (66,6%) sinalizou saber que estudantes regularmente matriculados em qualquer período da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio da rede pública ou particular podem se matricular; 83,3% que jovens que concluíram o ensino médio na rede pública ou particular podem se matricular; e nenhum assinalou a opção de que estudantes que estão cursando o Ensino Médio em Tempo Integral ou algum curso profissional ofertado pela SEE-MG não poderão se inscrever para os cursos do projeto. Entende-se que essas informações são muito específicas e não chamaram a atenção dos participantes, ao contrário de vale transporte e alimentação que é do interesse direto deles.

Na pergunta sobre qual foi o curso em que efetuaram sua matrícula todos os respondentes efetuaram sua matrícula no curso técnico em Enfermagem e, levando-se em consideração que tiveram a oportunidade de escolher três cursos, o aspecto positivo é que efetivaram matrícula no curso que escolheram como 1ª prioridade.

Em relação a como foi o processo de inscrição, 90% afirmaram não ter tido dificuldade em se inscrever e os outros 10% que foi um processo complicado, pois não tinham acesso à internet, tendo sido realizada no computador da escola estadual com a ajuda da supervisora pedagógica. Estima-se que esse pode ter sido um dos motivos para a baixa adesão ao projeto.

Sobre a satisfação com o curso técnico escolhido, todos disseram estar satisfeitos com a escolha que fizeram. A maioria (66,6%) considerou que os professores do curso técnico são competentes para explicar o conteúdo e que as metodologias de ensino utilizadas foram diversificadas e boas. Não foi assinalado sobre a qualidade do material didático e sobre a infraestrutura da escola para a oferta do curso. O curso técnico em Enfermagem, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) requer uma infraestrutura mínima

composta de biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado, laboratório de anatomia e fisiologia, laboratório de habilidades técnicas (LHT) de enfermagem com vistas a atender semiotécnica e semiologia e outros componentes curriculares e laboratório de informática com acesso à internet (Brasil, 2023). É, portanto, um curso com custos elevados.

Sobre os maiores benefícios na realização do curso técnico relataram: o aprendizado, fazer amigos, aprender a amar o curso e poder ajudar outras pessoas com a formação adquirida.

Procurou-se conhecer quais os maiores desafios enfrentados por eles para realizar o curso técnico, destacando-se questões socioeconômicas: terem que se deslocar até outro município (83,3%); conciliar as atividades das aulas do ensino médio e as atividades do curso técnico (66,6%); conciliar com o trabalho na lavoura (4,5%) e com o casamento e as tarefas domésticas (4,5%).

Sendo assim, infere-se que essa educação oferecida pelo projeto Trilhas de Futuro, não seja atrativa para os filhos da elite, que ocupam seu tempo com uma educação geral básica de qualidade, para terem melhores oportunidades no ingresso em um bom curso superior e nem para os pobres por exigir deles mais custos pessoais.

7. Considerações finais

O projeto Trilhas de Futuro promove o empresariamento da educação e mascara através da propaganda de que são 'cursos gratuitos', mas na verdade as instituições privadas estão sendo muito bem pagas com verbas públicas.

Evidenciou-se nesta pesquisa que o forte investimento financeiro do governo do estado de Minas Gerais na iniciativa privada, com o argumento de que essas instituições possuem melhores condições físicas, tecnológicas e recursos humanos para ofertar os cursos técnicos, não se efetiva enquanto resultados numéricos de formandos e levanta o seguinte questionamento: Por que o governo mineiro não faz investimentos na própria educação pública, bem como na valorização dos professores através de capacitação, qualificação e melhores salários, utilizando o modelo já consagrado de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no qual todos os discentes são contemplados?

No que concerne à participação no projeto Trilhas de Futuro, estudantes mineiros dos grandes centros e das cidades de porte médio que abrigam inúmeras instituições privadas de formação técnica profissional estão em vantagem no que se refere à oferta e ao atendimento de suas demandas de formação técnica. Já os estudantes das cidades menores, onde essa realidade é diferente, encontram-se em visível desvantagem. Eles têm que se deslocar para as cidades maiores com a inconveniência de que é, sem dúvida, no caso da escola analisada, uma jornada exaustiva principalmente para os alunos que residem na zona rural e trabalham na agricultura durante o dia e estudam no noturno. Estes não têm nenhuma chance de frequentar os cursos técnicos, mesmo quando são ofertados em diferentes turnos (diurno, vespertino e noturno), como no caso do projeto Trilhas de Futuro.



Outro ponto a ser destacado é a desigualdade social, em que os adolescentes matriculados no ensino médio precisam trabalhar para ajudar na renda familiar e equilibrar o tempo para conciliar educação, trabalho e tarefas domésticas. Nesse sentido, oferecer a educação técnica profissional torna-se um grande desafio pois, sem as devidas condições, ela pode contribuir para aumentar a evasão escolar.

Diante do exposto neste texto, considera-se que as políticas públicas educacionais que fomentam as parcerias público-privado, como o projeto Trilhas de Futuro, além de retirar o investimento da rede pública, não correspondem a um aumento na qualidade da educação pública pelos diversos fatores aqui expostos e que os desafios referentes a permanência dos jovens na escola ainda persistem e são de ordem social e econômica. Pode-se afirmar, no caso analisado, que essa política educacional está mais para favorecer a transferência de altos recursos públicos para o setor privado do que para fomentar a Educação Profissional Tecnológica com equidade e promover a qualidade da educação pública.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

AGÊNCIA MINAS. **Governo de Minas anuncia nova expansão do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) na rede estadual de ensino**. 2022. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-anuncia-nova-expansao-do-ensino-medio-em-tempo-integral-emi-na-rede-estadual-de-ensino>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BATE PAPO com o governador. **Lançamento do programa Trilhas do Futuro do Governo de Minas**. 1º. Jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aCnfMetPGfY>. Acesso em: 1º nov. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**: 2022. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/relatorio-do-4o-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-plano-nacional-de-educacao-PNE-2022>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). QEdu Analítico. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <https://analitico.qedu.org.br/>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - 4ª edição**. 2023. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública**. Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por –Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambiguidades. **Boletim Técnico do Senac** - v. 11, n. 3, set./dez., 1985.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica 2022**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar/2022>. Acesso em: 16 out. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LANÇAMENTO do programa Trilhas do Futuro do Governo de Minas. 1 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aCnfMetPGfY>. Acesso em: 02 fev. 2022.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. [Outras mídias]. **Dardot e Laval: a “nova” fase do neoliberalismo**. Prefácio à tradução em inglês, publicada pela Editora Verso, de La pesadilla que no acaba nunca (Gedisa, 2017). Publicado em 29 jul. 2019 às 15:07. Atualizado em 24 dez. 2019 às 09:51. Disponível em:



Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/> Acesso em: 22 maio 2023.

MAGALHÃES, Caroline Stéphanie Campos Arimateia Campos; MAGALHÃES, Ricardo Rodrigues; MOURA, Dante Henrique. Arena política da educação profissional da reforma do ensino médio. **Anais IV Colóquio Nacional I Colóquio Internacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A17.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda, Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna / Bahia. Via Litterarum. 2010. 88p.

MATEUS, Noemi Márcia Alvarenga. **O novo ensino médio e o projeto Trilhas de Futuro na escola estadual Dom Francisco Silva, Espírito Santo do Dourado-MG**. Dissertação (Mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Poços de Caldas, 2023.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 4.583, de 21 de junho de 2021. **Cria o Projeto Trilhas de Futuro, e dá outras providências**. 2021a. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.583,%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%202021.pdf#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20No%204.583%2C%20DE%2021%20DE%20JUNHO,Projeto%20Trilhas%20de%20Futuro%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.> Acesso em: 22 maio 2023.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 4.623, de 18 de agosto de 2021. **Dispõe sobre o processo de seleção dos estudantes participantes do Projeto Trilhas de Futuro e dá outras providências**. 2021b. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.6232021.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 4.719, de 18 de março de 2022. **Dispõe sobre o processo de seleção dos estudantes participantes do Projeto Trilhas de Futuro - 2ª edição e dá outras providências**. 2022a. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.719,%20DE%2018%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202022..pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 4.794, de 22 de novembro de 2022. **Dispõe sobre o processo de seleção dos estudantes participantes do Projeto Trilhas de Futuro - 3ª edição e dá outras providências.** 2022b. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4794-22-r%20-%20public.%2023-11-22.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 4.915, de 28 de setembro de 2023. **Dispõe sobre o processo de seleção dos estudantes participantes do Projeto Trilhas de Futuro.** Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/SEI_73889757_Resolucao_SEE_N__4.915_2023.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

MINAS GERAIS. **Trilhas de Futuro.** s/d. Disponível em: <https://www.trilhasdefuturo.mg.gov.br/#>. Acesso em: 7 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Retificação do Edital de Credenciamento SEE Nº 01/2021**, Publicado no Minas Gerais de 03/07/2021. 2021c. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/RETIFICACAO-DO-EDITAL-DE-CREDENCIAMENTO-SEE-No-01-2021-PUBLICADO-NO-MINAS-GERAIS-DE-03-07-2021-Public.31-08-21.-1.pdf#:~:text=SEE%20SECRETARIA%20DE%20ESTADO%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20Gabinete%20Processo,o%2001%2F2021%2C%20PUBLICADO%20NO%20MINAS%20GERAIS%20DE%2003%2F07%2F2021..> Acesso em: 22 maio 2023.

MINAS GERAIS. **Edital de Credenciamento SEE nº 02/2022, de 22 de novembro de 2022.** 2022c. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/EDITAL%20DE%20CREDENCIAMENTO%20SEE%20N%C2%BA%2002-2022,%20DE%202022%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202022%20-%20Public.%2023-11-22.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. Projeto Somar: diminuindo o público e multiplicando o privado no ensino médio em Minas Gerais. **Trabalho Necessário.** V. 20, nº 42, 2022. (maio-agosto). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53419/32474>. Acesso em: 22 maio 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Ana, Paula, Félix, Carvalho; FERREIRA. Eliza, Bartolozzi; SANTOS, Kefren Calegari dos. O "Novo Ensino Médio" no Espírito Santo. **Revista Trabalho Necessário.** V.19, nº 39, 2021 (maio-agosto).

SOARES, Tufi Machado; FERNANDES, Neimar da Silva; NÓBREGA, Mariana Calife; NICOLELLA, Alexandre Chibebe. Fatores associados ao abandono



escolar no ensino médio. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XhMWFmKSzSrKCSDPhbsYs5P/>. Acesso em: 22 maio 2023.

TRILHAS DE FUTURO. **Confira os dados dos cursos em andamento e concluídos do projeto!** 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGZiYWVjODMtNWJjYi00ZTRjLWJjOWItMTUxZjk0ZjY1N2JiIiwidCI6IjBhM2E0MjVILTY3M2EtNDY2Ny1iYTcwLWE4NTZlYTQ1OWUyNCJ9>. Acesso em: 16 out. 2023.

Recebido em: 17 de outubro de 2023.

Aceito em: 19 de maio de 2024.

Publicado em: 30 de outubro de 2024.

